

## TEMÁTICA INDÍGENA EM SALA DE AULA: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES COMO BASE PARA O TRABALHO SOBRE DIVERSIDADE ÉTNICA<sup>1</sup>

Kassiane Schwinger<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho traz o relato acerca da abordagem da temática indígena em sala de aula, levando em conta a sua importância como justiça histórica e também sua obrigatoriedade dada pela lei 11.645/08. Inicialmente fala da escola como espaço de diversidade e de respeito à diferença, mesmo nos espaços em que não há presença indígena. Com o trabalho de lideranças e do movimento indígena se conseguiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena em sala de aula, pelas diferentes áreas do conhecimento. Porém, na efetivação da lei os educadores e educadoras enfrentaram grandes dificuldades, especialmente por terem recebido uma formação que não abordou esta temática com profundidade, além de estarem parte de uma sociedade que reconhece os indígenas somente em seu estereótipo e que ainda possui muitos preconceitos. Também havia a dificuldade de encontrar materiais de apoio que trabalhassem a temática indígena com profundidade e baseados na realidade atual. A partir disso, o Programa de Formação do COMIN (Conselho de Missão entre Povos Indígenas) tem atuado na formação com educadores e educadoras, buscando aproximar pessoas indígenas com estes e estas profissionais e promovendo diálogos reflexivos. Também tem apresentado materiais diversos e profundos, especialmente aqueles criados pelos próprios povos indígenas e que retratam o indígena e a indígena na atualidade. Neste trabalho de formação tem se percebido que este é o passo primeiro e fundamental, pois somente quando os e as profissionais da educação têm segurança em trabalhar a temática e sentem-se sensibilizados e sensibilizadas em relação a ela, o trabalho em sala de aula é proveitoso e faz sentido também para os alunos.

**Palavras-Chave:** Indígenas. Formação. Diversidade.

#### 1. *História e cultura indígena na escola*

A escola, por excelência, é o espaço da diversidade, pois é de direito de toda e qualquer pessoa frequentá-la. É na escola que se encontram as mais diversas pessoas, das mais variadas origens geográficas, sociais e culturais. No espaço escolar, convivem pessoas de diferentes origens étnicas, o que nem sempre é percebido tão claramente, fazendo com que a cultura do grupo predominante acabe por ser imperativa. Porém, reconhecer esta diversidade é uma necessidade ética, como comenta Freire (1996) quando afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

O respeito à dignidade de cada um e cada uma, começa quando reconhecemos a identidade étnica das pessoas e suas heranças culturais. Muitas escolas recebem indígenas,

<sup>1</sup> Este texto é um relato acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido no Programa de Formação e Diálogo Intercultural e Inter-religioso do Conselho de Missão entre Povos Indígenas, especificamente na formação de grupos de professores.

<sup>2</sup> Mestre em História. Conselho de Missão entre Povos Indígenas



mas por não saberem reconhecer a riqueza desta presença, acabam por ignorar ou até mesmo menosprezar a identidade étnica indígena. Já as escolas que não possuem alunos e alunas de identidade indígena, sentem-se ainda mais confortáveis para simplesmente ignorar a temática, esquecendo que na verdade qualquer pessoa pode ter descendência e heranças dos povos indígenas brasileiros.

Sabendo disso, o movimento indígena vem travando uma luta constante para que sua história e cultura sejam trabalhadas e valorizadas pela escola. Embora a instituição escola não faça parte das culturas dos povos indígenas, com a aproximação com não indígenas a escola passou a fazer parte do cotidiano e há, até mesmo, a obrigação legal de crianças estarem nas escolas. Assim como indígenas têm se adequadado a esta obrigatoriedade e pensado em escolas específicas e diferenciadas, também esperam de não indígenas uma postura de acolhimento de suas perspectivas no cotidiano escolar. Esta luta por valorização da presença e saberes indígenas na escola está vinculada a uma luta maior, na sociedade brasileira:

Trabalhar com a diversidade na escola não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla. (GOMES, 2007, p.22)

Com um trabalho que se fortaleceu ainda na década de 1990, o movimento indígena buscou construir uma lei que obrigasse a escola a reconhecer e abordar nas mais diversas áreas do conhecimento sua história, cultura, presença e ciência. No ano de 2008 foi homologada a lei 11.645/08, que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com o seguinte texto:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”



**Secretaria Executiva do FNPE**

A partir desta lei, a abordagem da temática indígena em sala de aula deixa de ser algo eletivo e torna-se obrigatório, tanto no ensino básico, quanto no ensino médio. Devem envolver-se nesta abordagem educadores e educadoras de todas as áreas do conhecimento, valorizando as culturas indígenas em seus mais diversos aspectos.

## 2. *As dificuldades no caminho*

Após a aprovação da Lei 11.645/08, considerada uma importante vitória para a valorização dos povos indígenas, sua implementação começa a acontecer. É no momento de transformar a obrigatoriedade legal em prática pedagógica que os desafios começam a surgir, especialmente para quem trabalha diretamente em sala de aula. A partir dos relatos, feitos em momentos de encontro e formação com o COMIN, definimos duas grandes dificuldades apresentadas: fragilidades na formação do educador e falta de material adequado para o trabalho.

Nas falas de educadoras e educadores é uma constante a afirmação de que em sua caminhada de formação profissional a temática indígena nunca foi abordada, ou então foi abordada de maneira rara e estereotipada. Com isso, há uma grande insegurança por parte destes e destas profissionais sobre como abordar a temática, onde realizar pesquisas e até mesmo receio de promover aproximações com grupos indígenas. Este distanciamento da temática indígena em sua formação caminha de forma paralela ao distanciamento que a sociedade não indígena mantém com os povos indígenas, não reconhecendo suas contribuições também para a vida comum.

Já o segundo desafio citado refere-se à falta de material adequado. De fato, os livros didáticos mais antigos ainda abordavam a temática indígena somente nos relatos históricos, prendendo-os ao passado e, algumas vezes, até mesmo reforçando estereótipos do indígena como selvagem ou ingênuo. Porém, nos últimos anos há um esforço grande para trazer nos materiais didáticos relatos atuais da questão indígena, mostrando a temática no presente e também materiais auxiliares têm sido elaborados. Nossa impressão é de que boa parte dos educadores e das educadoras ainda não consegue desprender-se do livro didático e buscar materiais alternativos, especialmente na internet onde há diversos materiais criados pelos e pelas indígenas, inclusive audiovisuais.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

### 3. *As formações do COMIN como pontes facilitadoras*

Acompanhando o processo histórico de luta pela inclusão da temática indígena em sala de aula e também ouvindo os relatos de dificuldades encontradas pelos e pelas profissionais da educação, o COMIN tem atuado em formações com grupos de educadores e educadoras, como facilitadores. Para isso, enxergamos a escola como espaço da diversidade, acreditando no que sugere Charlot (2000) quando diz que melhor do que organizar escolas culturalmente diferentes, é receber a diversidade numa escola para todos. Segundo ele, uma escola que faça funcionar, ao mesmo tempo, os dois princípios da diferença cultural e da identidade enquanto ser humano; os princípios do direito à diferença e do direito à semelhança.

Porém, as escolas que não recebem alunos e alunas indígenas costumam ter dificuldade para perceber estas diferenças. Então, os momentos de formação com o grupo de educadores e educadoras são importantes espaços para reconhecer a presença indígena na nossa história e atualidade, trazendo informações básicas sobre estes povos: quantos são, onde vivem, como são diversos em cultura...

Para além da informação, as formações realizadas pelo COMIN contam sempre com a presença e protagonismo de indígenas. Somente alguém que pertence a um povo indígena pode falar sobre sua cultura, pois é quem a vive. Esta aproximação, o olhar nos olhos de quem antes era apenas um nome, faz com que educadores e educadoras se sensibilizem com a temática. Escutando os relatos dos e das indígenas, é possível vivenciar seus dramas e desafios, mas também valorizar sua sabedoria e capacidade. Com esta aproximação também é possível reconhecer que o conhecimento não está somente na ciência ocidental, como reflete Almeida (2012), afirmando que se faz necessário o estabelecimento de um diálogo entre ciência e tradição, na qual a ciência deve reconhecer a importância do senso comum e das vivências.

Durante estes momentos de formação, quem está presente pode fazer perguntas, perceber que as imagens que possuíam em relação aos povos indígenas eram estereotipadas e conhecer materiais de apoio elaborados em conjunto com povos indígenas que podem apoiar o trabalho em sala de aula. Este grupo torna-se multiplicador de conhecimento e ajuda a quebrar preconceitos no ambiente escolar, especialmente na atuação junto aos alunos.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Em nossa experiência, temos visto muitas educadoras e educadores darem continuidade ao trabalho após a formação de diversas maneiras, pois sentem maior segurança em relação ao seu próprio conhecimento da temática. Dessa forma, o trabalho realizado pelo COMIN tem sido de aproximar os educadores e educadoras não somente da temática, mas também de pessoas indígenas; apresentar materiais interessantes e verdadeiros em sua abordagem da questão indígena na atualidade; exercitar a reflexão sobre as posturas pessoais e institucionais que envolvem indígenas, além de estimular revisões de documentos norteadores das escolas a fim de que estes respeitem a diversidade étnica e cultural.

Ainda percebemos muitos desafios nesta caminhada de formação de educadores e educadoras, especialmente no contexto atual, onde voltamos a falar de uma educação meramente profissionalizante e se esquece da cidadania, dos direitos humanos e da justiça social. Porém, seguimos apostando numa formação de qualidade para os e as profissionais da educação e no nosso papel de ponte e apoio, até quando as escolas forem espaços de pleno respeito e acolhimento à diversidade.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, M. da Conceição. Ciências da complexidade e educação razão apaixonada e politização do pensamento. Natal: EDUFRN, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricpelia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>